

A busca por mudança de paradigma: o desenvolvimento sustentável

Searching for paradigm changes: the sustainable development

Paula Cândida Barbosa Mendes¹

Cleonice Rocha²

José Paulo Pietrafesa³

¹ Bacharel em Turismo, Especialista em Docência em Turismo e Hotelaria, Mestranda em Ecologia e Produção Sustentável – Universidade Católica de Goiás (UCG)

² Doutora em Química Inorgânica, Professora Titular da Universidade Católica de Goiás, orientadora no Programa de Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável da Universidade Católica de Goiás.

³ Bacharel em Sociologia, Mestre em educação, Doutor em Sociologia, orientador no Programa de Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável da Universidade Católica de Goiás.

RESUMO

Esse texto aborda a necessidade de mudança na visão de paradigmas de desenvolvimento visando uma proposta sustentável. O atual e desordenado modelo de desenvolvimento tem levado a humanidade a uma crise e preocupação global, seja com a degradação ambiental, seja com a perda de identidade cultural.

Esse processo produziu um sistema socioeconômico excludente, maximizando a lógica do lucro e a aceleração da produtividade. Sendo assim, faz-se inevitável uma urgente mudança de paradigmas, onde o termo desenvolvimento possa ser entendido e aplicado de maneira a beneficiar o maior número de atores envolvidos no processo desenvolvimentista, sem que comprometa os recursos naturais e a capacidade das futuras gerações em satisfazerem suas próprias necessidades.

Neste artigo, é abordada a crise decorrente do atual modelo de desenvolvimento, para tanto, é feita uma análise crítica de diversos conceitos de sustentabilidade e são sugeridas ações para se atingir o desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

This text discusses the needs for changes in the vision of development paradigm towards a sustainable approach. The current and disorganized development model has taken the humanity into crises that are coupled with a global concern about environmental degradation or cultural identity loss. This process resulted in an excluding social-economical system, maximizing the logic of the gain and production acceleration. Therefore, it is inevitable a paradigm change so that the term development can be understood and applied to benefit a large number of members involved as actors in the development process, without degrading the natural resources and interfering in the future generation's ability to satisfy their needs. The paper will discuss the crises that came from the current development model. A critical analysis of several concepts on sustainable development is done and actions to reach the sustainable development will be suggested.

PALAVRAS-CHAVE

desenvolvimento
paradigmas
sustentabilidade

KEY WORDS

*development
paradigm
sustainable*

INTRODUÇÃO

Os efeitos sociais, econômicos e ambientais gerados pelo atual modelo hegemônico de desenvolvimento econômico têm criado uma preocupação global sobre a necessidade de uma possível mudança de forma de produção, ou melhor, de desenvolvimento. A atual crise que o mundo vem enfrentando relaciona-se ao “esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo” (GUIMARÃES, 2001, p.51). Pois ainda hoje, a exploração dos recursos naturais é realizada de maneira intensiva como se os ecossistemas existentes fossem fontes ilimitadas de recursos naturais.

Para a grande maioria dos autores como Goeldner, Ritchie e Mcintosh, (2002) e Pires (1998), o conceito de desenvolvimento sustentável é a prática por meio da qual se promove o crescimento econômico de maneira organizada e planejada, proporcionando equidade social, conservando os recursos naturais, preservando a diversidade cultural, proporcionando rentabilidade e viabilidade econômica a este processo. Neste caso não teríamos apenas o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento social que ampliaria o potencial de qualidade de vida para a maioria dos participantes desta comunidade.

Contudo, o que se vê não é a concretização desse desenvolvimento, para tanto, é necessário uma urgente mudança de paradigma de lógica produtiva, pois nesse processo há várias interpretações conceituais que se modificam de acordo com as necessidades e interesses dos diversos atores envolvidos nesse sistema.

Ainda em relação a urgente mudança de paradigmas, o economista ecológico Daly (2005, p.92), corrobora o exposto ao dizer que:

A humanidade precisa fazer a transição para uma economia sustentável – que respeite os limites físicos inerentes ao ecossistema mundial e garanta que continue funcionando no futuro. Se não fizermos essa transição, poderemos ser punidos não apenas com crescimento deseconômico¹, mas com uma catástrofe ecológica que reduziria sensivelmente nosso padrão de vida.

Falkembach e Azuma (2003, p. 192), complementam que “o conceito de desenvolvimento sustentável é complexo e para ser implantado

exige mudanças de comportamento e atitudes de toda a sociedade na maneira de pensar, viver, produzir, consumir etc”.

O objetivo desse artigo é abordar a crise decorrente do atual modelo de desenvolvimento e demonstrar a urgente necessidade de transformação de paradigmas referente ao mesmo, trazendo para tanto conceitos de desenvolvimento sustentável. Nesse trabalho, utilizou-se o levantamento bibliográfico como metodologia de pesquisa.

NOVO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O tão mencionado desenvolvimento sustentável originou-se a partir do debate sobre o meio ambiente em Estocolmo, porém, foi consolidado no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, com a ECO 92. O conceito adotado internacionalmente foi o da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, descrito no Relatório “*Our Common Future*” (Nosso Futuro Comum), conhecido como “Relatório de *Brundtland*” o qual diz: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p.46).

De acordo com Lima (2003), o discurso adotado pela Comissão *Brundtland* sobre o desenvolvimento sustentável foi em grande parte apoiado nos trabalhos de Ignacy Sachs, o qual formulou uma noção de Ecodesenvolvimento, onde propõe uma estratégia multidimensional e alternativa de desenvolvimento que articula a promoção econômica, preservação ambiental e participação social, dando atenção especial aos meios de superar a marginalização e a dependência política, cultural e tecnológica das populações envolvidas nos processos de mudança social. Embora apoiada em trabalhos de Sachs, a Comissão *Brundtland* chegou a um resultado conceitual diferente do adotado por este autor ao ressaltar uma ênfase econômica e tecnológica além de uma tônica conciliadora que tende a despolitizar a proposta de Sachs.

A atual crise desenvolvimentista presenciada há anos é origem de um modelo perverso e sem planejamento, no qual o capitalismo

(liberalização total dos mercados) tem ditado as regras, onde o que se procura atingir é a maximização dos lucros não importando os prejuízos ambientais, sociais ou culturais oriundos desse sistema.

Nesse sentido, Boff (2004), alerta para uma mudança de paradigma no que se refere ao desenvolvimento, pois segundo ele o que está errado é o processo de desenvolvimento e para isso sugere uma revolução, não no sentido da violência, mas de uma transformação capaz de reestruturar a vida de um país no qual as aspirações da grande massa de sua população não são devidamente atendidas. Ainda de acordo com este autor, em sua obra *Responder Florindo* (2004), diz que para que o desenvolvimento possa ser realmente considerado sustentável, é necessária uma superação histórica do capitalismo.

Para Barreto e Guimarães (2003, p.10), “a ordem na qual a sociedade está organizada sobrepõe a racionalidade econômica a qualquer outra”, sendo assim, “a organização social baseada no capitalismo torna o desenvolvimento sustentável uma utopia social”. Os autores acima mencionados reconhecem que há conferências e debates acerca do desenvolvimento sustentável, porém as políticas estabelecidas nesses eventos, somente são aceitas “se não prejudicarem o crescimento constante da economia”, assim, conclui dizendo que deveria haver também um debate sobre o “sistema socioeconômico operante, o capitalismo, que é a causa principal da degradação ambiental”.

Na atual lógica hegemônica, o crescimento econômico é um dos principais objetivos colocados aos países em desenvolvimento, porém não se leva em consideração a necessidade de criar um programa de desenvolvimento sustentável. O que provoca uma busca incessante por produtividade a qualquer preço, causando danos muitas vezes irreversíveis ao meio ambiente e a exclusão social. Para tanto, tem-se investido cada vez mais em tecnologia, muitas vezes um processo de alto custo monetário e que acaba por gerar problemas sociais e ambientais. Nesses países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, devido à incapacidade financeira de pequenos empresários (rurais ou urbanos) esse processo (tecnológico), tem causado um forte e intenso desequilíbrio social, pois os atores mencionados anteriormente, não conseguem fazer uso

da tecnologia, o que não permite a competição por produção. Sendo assim, o grande desafio é crescer sob os preceitos do desenvolvimento sustentável, independentemente do sistema econômico operante. A opção por incluir o aspecto ecológico nas atuais decisões políticas e econômicas, é hoje mais que uma aspiração é uma necessidade biológica (GUIMARÃES, 2001).

O desenvolvimento sustentável que se pretende atingir possui diversos conceitos, e para alguns autores como Boff (2004), é contraditório, uma vez que desenvolvimento provém da área da economia e obedece à lógica férrea da maximização dos lucros e produtividade com a minimização dos custos e do tempo empregado. Enquanto a lógica da sustentabilidade provém do âmbito da biologia e da ecologia, sinaliza a tendência do equilíbrio dinâmico e se enfatizam as interdependências de todos, garantindo a inclusão de cada ser.

Todavia, desenvolvimento e sustentabilidade, na opinião de outros pesquisadores, são compatíveis, como por exemplo:

Desenvolvimento sustentável é uma estratégia de desenvolvimento que administra todos os ativos, os recursos naturais e os recursos humanos assim como os ativos financeiros e físicos de forma compatível com o crescimento da riqueza e do bem-estar em longo prazo. O desenvolvimento sustentável, como um ideal, rejeita políticas e práticas que dêem suporte aos padrões de vida correntes à custa da deterioração da base produtiva, inclusive a de recursos naturais, e que diminuam as possibilidades de sobrevivência das gerações futuras (REPETTO, 1986 apud MAROUELLI, 2003, p.2).

O desenvolvimento sustentável pretende combater a miséria humana sem repudiar a natureza ou desconsiderar as especificidades locais. Introduce o objetivo global de um crescimento econômico e social duradouro, pensando com equidade e certeza científica, e que não dilapide o patrimônio natural das nações ou perturbe desastrosamente os equilíbrios ecológicos (AGENDA 21, 1996, p.5).

O desenvolvimento sustentável revela uma hábil operação político-normativa e diplomática, empenhada em sanar um conjunto de

contradições expostas e não respondidas pelos modelos anteriores de desenvolvimento (LIMA, 2003, p.103).

E ainda, para Guimarães (2001), a sustentabilidade de uma comunidade depende das inter-relações entre:

- População: (tamanho, composição e dinâmica demográfica);
- Organização social: (padrões de produção e de resolução de conflitos, e estratificação social);
- Entorno: (ambiente físico e construído, processos ambientais, recursos naturais);
- Tecnologia (inovação, progresso técnico, uso de energia);
- Aspirações sociais (padrões de consumo, valores, cultura).

Contudo, falar em desenvolvimento sustentável

[...] significa advogar um novo estilo de desenvolvimento que seja *ambientalmente* sustentável no acesso e no uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade; *socialmente* sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais e promotor da justiça e da equidade; *culturalmente* sustentável na conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade que, apesar de sua evolução e sua reatualização permanentes, determinam a integração nacional através dos tempos; *politicamente* sustentável ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem pública (GUIMARÃES, 2001, p.55).

Sendo assim, acredita-se que há de acrescentar a sustentabilidade econômica, uma vez que é esta que propiciará renda e viabilidade financeira a esse “novo desenvolvimento”.

Contudo, não se pode negar que ações vêm sendo feitas em prol da conservação e/ou preservação ambiental que na concepção de Gibbs (2005), a criação de mercados de meio ambiente, como os créditos de biodiversidade, créditos de compensação de dióxido de carbono (CO₂), [sic] eletricidade renovável, corte de madeira sustentado e os créditos de água, entre outros que vêm sendo criados pelo mercado mundial, são mercados “que apostam no poder de competição e egoísmo da humanidade... É cedo demais para julgar se o novo sistema de comércio ambiental será bem-sucedido” (GIBBS, 2005, p.106).

O momento é de caos, pois está em curso uma crise multidimensional (ambiental, social e econômica), complexa e generalizada nas ciências e em todas as áreas do conhecimento e da realidade, a esse exemplo, tem-se as taxas elevadas de inflação e desemprego, crise energética, crise na assistência à saúde, poluição, homicídios, roubos entre outros acontecimentos recentes (CAPRA, 1995).

Essa crise decorrente do modelo de desenvolvimento que o mundo vem enfrentando reforça a idéia da necessidade de transformação desse modelo. Nesse contexto, a AGENDA 21 é mencionada hoje como um texto que constitui o principal referencial internacional no que se refere ao desenvolvimento sustentável. Também é resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Trata-se do mais extenso e detalhado documento consensual que a Comunidade Internacional adotou para fazer face ao intenso dilema da relação entre homem e natureza, sua principal fundamentação é referente ao próprio conceito de desenvolvimento sustentável. Além do mais, é um instrumento de planejamento de programas que visem a sustentabilidade, pode ser pautado em nível global, nacional e local, serve também como referencial teórico orientador para governos e sociedades que busquem um desenvolvimento mais justo para todos os envolvidos no processo (AGENDA 21, 1996; VIEIRA e JÚNIOR, 2003).

É importante salientar que para converter o atual modelo de desenvolvimento insustentável para um modelo sustentável, é necessário que se quebre paradigmas antes estabelecidos e crie um novo

[...] apto a inserir o ser humano no centro do processo de desenvolvimento, considerar o crescimento um meio, e não um fim, proteger as oportunidades de vida das gerações atuais e futuras e, por conseguinte, respeitar a integridade dos sistemas naturais que permitem a existência de vida no planeta (GUIMARÃES, 2001, p.48).

O que se pretende nessas breves reflexões, não é iludir ou sonhar com uma transformação social, política, cultural, ecológica e econômica desejada pela grande maioria das pessoas, mas sim, demonstrar a urgente necessidade de mudança no modo de produzir, comercializar e organizar a economia. A partir desse processo é possível agir e pensar

na construção de um futuro que atenda aos requisitos do conceito de sustentabilidade. A esse respeito, Musser (2005), diz que o futuro da população mundial depende das ações humanas nas próximas décadas, as quais podem levar “a sustentabilidade ambiental, ou entrar em colapso”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pela busca de indicadores de sustentabilidade por parte de organismos governamentais, não governamentais, institutos de pesquisa e universidades em todo o mundo surgiu recentemente. Porém esse assunto tem sido amplamente discutido em conferências internacionais e é fruto de várias pesquisas atuais, entretanto, até o momento pouco se tem de concreto, uma vez que o tema é relativamente novo para a comunidade acadêmica. Muitas vezes o tema é tido como estratégia de marketing puramente modista, e como afirma Barreto e Guimarães (2003, p.10),

[...] o interesse por parte do empresariado em amenizar impactos ecológicos por intermédio de uma produção mais limpa, reciclagem e tratamento de resíduos, é de natureza mercadológica. A concorrência e o lucro são os motivadores para tal atitude, uma vez que produtos ecologicamente corretos conquistam novos nichos de mercado, sendo aceitos mundialmente.

Assim, segundo Abranches (2005, p.8),

[...] o ambientalismo tem que se tornar mais apto, mais eficaz e mais eficiente na sua missão pedagógica de persuasão, de difusão do conhecimento atualizado e na advocacia de políticas públicas de regulação viáveis.

Neste contexto a educação é ferramenta fundamental mas, da forma como é feita ela traz apenas informações e não conscientização. A forma inadequada de desenvolvimento já está demasiadamente comprovada tanto pelas ciências quanto pelos acontecimentos desastrosos que a população mundial vem presenciando cada vez mais e com mais intensidade (mudança climática, crimes, secas, enchentes, erosões). No entanto, sugere-se a educação na busca da conscientização do problema e não apenas como informação da ocorrência desses mesmos problemas, pois um grande número de pessoas já detém essa informação,

mas infelizmente não se alerta para a urgência de mudança produtiva, consumista e de modo de agir. Outro aspecto importante é demonstrar cientificamente que é possível produzir sustentavelmente levando em consideração o principal (talvez o único) pilar da sustentabilidade vislumbrado pelas grandes empresas capitalistas, o pilar da economia.

Desenvolver é uma obrigação de todas as nações do mundo, porém o que não é admissível é a continuidade dessa forma devastadora de desenvolvimento que vem sendo repetida ao longo dos anos.

Uma demonstração da urgência na transição de paradigmas referente ao desenvolvimento é abordada por Capra (1995), o qual demonstra que há um aumento na produção de alimentos, porém, muitas pessoas passam fome, e ainda afirma que a produção mundial de alimentos é suficiente para abastecer a população mundial com uma dieta adequada. Assim, percebe-se que o problema está na distribuição e não na quantidade produzida.

Além disso, a poluição ambiental cresce significativamente com o passar dos anos. Segundo Musser (2005), a emissão de dióxido de carbono (CO₂) é três vezes mais rápida do que os oceanos e a terra conseguem absorver, o que leva, dentre outros, ao tão temido efeito estufa.

Isso comprova que a sustentabilidade do atual processo desenvolvimentista está longe de ser atingida. Visando um crescimento ordenado e como resultado um desenvolvimento sustentável, é necessário que a sustentabilidade deixe de ser vista meramente como uma questão modista e passe a ser discutida cada vez mais na epistemologia de seu significado com intuito de sustentar as pesquisas referentes ao tema e proporcionar credibilidade à importância do mesmo.

Do exposto acima, conclui-se que para alcançar a sustentabilidade em seu mais profundo conceito, há muito que ser revisto, como ponto de partida, sugere-se o investimento na educação com a inserção de conteúdos inerentes ao contexto ambiental nos currículos escolares desde as primeiras séries até os cursos tecnológicos, campo que exige repensar e planejar tais conteúdos numa dimensão interdisciplinar que o tema exige, uma vez que o mesmo envolve conhecimentos específicos nas ciências sociais, humanas, biológicas e exatas. Além disso, há de se

investir em pesquisas interdisciplinares na busca pelo desenvolvimento sustentável. Assim, tais ações poderiam contribuir para a mudança na maneira de pensar e agir. É evidente que paradigmas não são fáceis de mudar e exige-se um longo período de tempo, porém, o que não é permissível é continuar de braços cruzados, é preciso agir e transformar documentos a exemplo da AGENDA 21 em atitudes a ser seguida por todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento (Governo, sociedade, ONG's, Instituições públicas e privadas...).

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. A tragédia da ecologia. *Natureza & Conservação*, Brasil, v.3, n.2, p.8-21, out. 2005.
- BARRETO, V.A.; GUIMARAES, V.N. Sustentabilidade e capitalismo: é possível? *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*. Joaçaba, v.2, n.2, p.9-19, 2003.
- BOFF, L. *Responder florindo: da crise da civilização a uma revolução radicalmente humana*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. 14.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 19.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Agenda 21*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. Cap. 1, p.9-59.
- DALY, H.E. Sustentabilidade em um mundo lotado. *Scientific American*, Brasil, ano 4, n.41, p.92-99, out. 2005.
- FALKEMBACH, F.; AZUMA, M.H. A sustentabilidade ambiental aplicada a um projeto para uma indústria de reciclagem. *Akrópolis*, Umuarama, v.11, n.3, p. 192-194, jul./set. 2003.
- GIBBS, W.W. A escolha das prioridades. *Scientific American*, Brasil, ano 4, n.41, p.100-107, out. 2005.
- GOELDNER, C.R.; RITCHIE, J.R.B.; MCINTOSH, R.W. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. 8.ed. Porto Alegre: Bookmam, 2002.

GUIMARÃES, R.P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p.43-71.

LIMA, G. da C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. *Ambiente & Sociedade*, Brasil, v.6, n.2, p.99-119, jul./dez. 2003.

MAROUELI, R.P. *O desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro*. 2003. Monografia (Especialização) – ISEA-FGV/ ECOBUSINESS SCHOOL, Brasília.

MUSSER, G. O clímax da humanidade. *Scientific American*, Brasil, ano 4, n.41, p.36-39, out. 2005.

PIRES, M.O. A trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável na transição de paradigmas. In: DUARTE, Laura Maria Goulart e BRAGA, Maria Lucia de Santana (orgs.). *Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998. Cap. 2, p.63-92.

VIEIRA, J.E.G.; COELHO JÚNIOR, E.V. A educação ambiental, Os PCNs e a Escola: parceiros na sustentabilidade do desenvolvimento urbano. *Estudos*, Goiânia, v.30, n.3, p.467-477, mar. 2003.

NOTAS

¹ “Crescimento deseconômico ocorre quando aumentos na produção se dão a custa do uso de recursos e sacrifícios do bem-estar que valem mais do que os bens produzidos. Isso decorre de um equilíbrio indesejável de grandezas denominadas utilidade e desutilidade” (DALY, 2005, p.95), ou seja, quando produz “males mais rapidamente do que bens – tornando-nos mais pobres, e não mais ricos” (DALY, 2005, p.92).